

Globalização: uma teoria nova?

*Arthur Gabriel da Silva Pacheco Machado**

RESUMO: A proposta do presente artigo é refletir a respeito da inserção externa dos países do chamado “Sul Global” e as suas consequências para o seu desenvolvimento econômico, além de questionar se as teorias desenvolvidas sobre “globalização” são teorias novas. Para tanto, apresenta a análise de teóricos que estudaram a “globalização”, como Alice Amsden e Peter Evans, e depois a compara com os autores marxistas que trataram do “Imperialismo”, Lênin e Bukharin. Ao final, conclui-se que não existem diferenças relevantes entre os processos econômicos que compõem aquilo que os marxistas chamaram de “Imperialismo” em relação ao que os teóricos recentes definiram como “globalização”. A divergência é em relação ao corolário político que cada uma das correntes teóricas retira da sua análise.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Divisão Internacional do Trabalho. Economia Internacional. Inserção Externa. Marxismo.

1 Introdução

No presente artigo, será abordado o binômio globalização e desenvolvimento. Buscarei responder perguntas que são frequentes quando se estuda a obra de autores como Alice Amsden e Peter Evans, teóricos heterodoxos e/ou desenvolvimentistas, cuja análise concentrou-se nos casos de países do chamado “Sul Global”. Tais perguntas são, por exemplo, como: 1) de que forma a estratégia de inserção externa dos países influenciaram o seu desenvolvimento?;

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: arthur.gabriel.machado@usp.br

2) como o desenvolvimento de uma economia nacional é determinado pela posição estrutural de um país na economia mundial, e que constrangimento ela o impõe?; 3) como se explicam e se praticam as escolhas feitas pelos diferentes países, no que diz respeito às supracitadas estratégias?; 4) quais os impactos de políticas nacionais?; 5) faz (ou já fez) sentido falar numa divisão Norte-Sul do mundo? As quatro primeiras perguntas serão tratadas nas seções 1, 2 e 3 deste artigo, sintetizando as respostas dadas por Amsden e Evans.

A quinta pergunta será respondida após realizar uma crítica aos autores que veem na globalização um fenômeno ou processo novo, e são críticos a ela, ou aos que enxergam nela uma maneira de equalizar aqueles considerados subdesenvolvidos com os desenvolvidos, elogiando-a. O objetivo principal é mostrar que a globalização não é um fato ou processo social novo, mas o mesmo fenômeno que autores como Lênin e Bukharin estudaram no início do século XX, conforme a interpretação do autor Paulo de Tarso P. L. Soares (1996). Isto será objeto de análise nas seções 4 e 5, sendo que nesta última concluirei que, embora os diagnósticos sejam os mesmos (mas com descrições atualizadas, conforme os desdobramentos históricos dos séculos XX e XXI), os desdobramentos políticos são de natureza bastante diferente.

Saliento que as limitações de espaço frequentemente produzem um impasse entre a abrangência e a profundidade nos artigos científicos. Assim, preferi abordar diversos pontos no caso da comparação entre as duas teorias, deixando a complexidade dos mesmos para um trabalho futuro¹.

2 Estratégias de inserção externa

De acordo com Alice Amsden (2001), os países em desenvolvimento (o “resto”, nos termos da autora) se encaixam em dois paradigmas de inserção na economia mundial, o independente e o integracionista. Conforme Amsden, no período pós-guerra fria, dentro do primeiro encontram-se China, Coreia do Sul e Índia, enquanto no segundo estão Brasil, Argentina e México.

Os primeiros alimentam ambições de entrar no grupo dos grandes inovadores mundiais, expandindo a sua fatia no mercado internacional através de seu desempenho em setores de alta tecnologia e de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento (P&D – acumulação de ativos de informação e conhecimento). Por outro lado, os integracionistas dependem de licenças técnicas estrangeiras e colaboração com firmas estrangeiras para o crescimento econômico a longo prazo.

Ainda, os independentes usaram mecanismos de resistência (como brechas do direito comercial internacional, por instância, tanto na OMC quanto no GATT)

¹ Entretanto, deve-se ressaltar que o conjunto de processos que compõem o que alguns chamaram de “globalização” e outros de “imperialismo” não se esgotam no que foi aqui analisado.

para promover ciência e tecnologia e elevar o poder de mercado de seus “líderes nacionais”, enquanto os integracionistas abriram as portas para o investimento estrangeiro, reorganizando seu ordenamento jurídico interno conforme as normas externas para criar segurança jurídica para atraí-los.

Por fim, países como China, Índia e Coreia do Sul, com o intento de que suas firmas competissem com firmas do mundo desenvolvido, puseram em prática políticas para incentivar/promover fusões locais e aquisições, além de integração vertical e horizontal e diversificação na direção de outras indústrias, sendo que estas se aceleraram nos anos 1980. Estas políticas tinham como corolário a criação de mercados domésticos mais bem ordenados, isto é, de concentrar ainda mais as fatias dos mercados nacionais nas mãos de algumas empresas, aumentando sua escala para também incrementar sua competitividade externa. Por sua vez, os integracionistas apostaram em fusões com empresas estrangeiras e aquisições estrangeiras de ativos nacionais.

3 A posição histórico-estrutural dos países na economia mundial e suas consequências

Devemos explicar como cada país pode escolher (ou ser escolhido por) cada estratégia. Segundo Amsden:

Washington premiou a Europa com o Plano Marshall, e deu aos países do 3º mundo a liberdade de projetar e executar seus próprios planos de desenvolvimento, sua própria mistura de público e privado, e sua própria regulação da indústria – desde que eles não se aproximassem do comunismo (AMSDEN, 2007, p. 152, tradução nossa)

É, portanto, correto argumentar que houve na Guerra Fria um momento de inflexão, ainda que não absoluta, do processo de internacionalização econômica (grandes fluxos internacionais de capitais e mercadorias) que ocorrera até antes da Primeira Guerra Mundial, e que se tentou retomar no pós-guerra, fracassando com a crise de 1929, a ascensão do nazismo na Alemanha e finalmente a Segunda Guerra Mundial. Tal internacionalização só ganharia o mesmo fôlego de pré-1914 a partir da década de 1980.

A partir da Segunda Guerra, com a nova ordem de Bretton Woods, os países do “resto” ganharam ao menos algum espaço para transformar em realidade suas visões de como industrializar/desenvolver sua economia. Sem o constrangimento antes imposto pelo neocolonialismo na África e na Ásia, e findados os períodos de dominação das oligarquias de visão liberal e avessas a uma industrialização efetiva em países como Argentina, Brasil e México, estes países tentariam modificar seu status na economia mundial com um grau de liberdade acentuadamente superior ao do passado.

Entretanto, como frisa Amsden, o período de descolonização pós-1945 foi especialmente benéfico para os países do Leste Asiático (e a Índia), que agora tinham total domínio dos capitais abandonados por Inglaterra, França e Japão. Mas beneficiou em menor medida os latino-americanos, que conquistaram sua independência no século anterior e haviam iniciado um processo de industrialização a partir da década de 1910, sob a égide de filiais de multinacionais de países desenvolvidos (com participação ou não de capital nacional).

Além disso, a posição geopolítica da Coreia do Sul e Taiwan, vizinhos de China e URSS, fez com que o EUA concedesse grande ajuda econômica, direta (em forma de doações) e indireta (abertura do mercado americano para exportação e apoio político). A China já se tornara comunista em 1949 e a Índia gravitou entre o não alinhamento e uma aproximação com a URSS, com uma economia bastante fechada.

Por outro lado, a América Latina fazia parte da esfera de influência do EUA e não teve autonomia por períodos prolongados nem recebeu ajuda norte-americana. O caso do Brasil exemplifica o nosso argumento. Nos dois períodos em que se tentou uma diversificação acentuada dos relacionamentos externos, visando diminuir a influência do EUA, a partir de políticas externas como a Política Externa Independente (PEI) e o Pragmatismo Responsável (PR), houve revés para o país².

A partir da década 1980, mas especialmente de 1990, com o fim da Guerra Fria, observou-se uma nova investida do EUA no sentido da liberalização dos mercados, especialmente os financeiros. Nesse contexto, aqueles países que desenvolveram um processo de industrialização independente, como China, Índia, Coreia do Sul e Taiwan, mantiveram uma posição competitiva *vis à vis* os países desenvolvidos, mantendo altas taxas de crescimento e competindo por mercados internacionais, enquanto os integracionistas observaram processos de relativo empobrecimento, inflação, acordos com o FMI e desindustrialização.

4 Políticas nacionais e deslocamento estrutural na Divisão Internacional do Trabalho: casos integracionistas e independentistas

Para entender porque os diferentes países se encaixam em cada uma das estratégias, devemos lembrar que, para Amsden (2001), a capacidade dos Estados de construir ativos de conhecimento é que faz com que possam manter uma postura de desenvolvimentismo, e fazem-no com maior sucesso os países

² No primeiro caso, a queda do governo João Goulart, com a PEI servindo de argumento para o embaixador norte-americano no país comunicar ao governo Kennedy que Goulart pretendia instaurar uma ditadura no país, e no segundo, a crise da dívida externa causada pelo aumento dos juros pelo FED, que minou muito da força econômica acumulada pelo Brasil durante a Ditadura Militar, pois o financiamento do II PND fora feito nos mercados internacionais. Ver Pinheiro (2004) e Vizentini (1999).

independentistas, pois eles não precisam de licenças técnicas nem de cooperação tecnológica assimétrica com empresas estrangeiras (como fazem os integracionistas), e ao investirem grandes somas em pesquisa e desenvolvimento com suas próprias indústrias, entram no critério da autora a respeito da velocidade do desenvolvimento, ou seja, quanto mais liberdade um país possui para formular suas próprias políticas, mais rápido ele se desenvolve.

Identificaremos algumas das práticas dos países independentistas, visando verificar se elas apontam na direção de um deslocamento desses países na economia mundial (ou Divisão Internacional do Trabalho). Em seguida, também o faremos com os países integracionistas. Nos reportaremos às estratégias explicadas na seção 1, mostrando como elas se materializaram.

No caso dos independentistas, de acordo com Amsden (2001) estes fomentaram a criação de ativos baseados em conhecimento através de 1) diminuição do *gap* em patentes e publicações científicas em relação aos países desenvolvidos; 2) altas somas investidas em P&D no setor privado; 3) incentivo às empresas de P&D no sentido de adquirirem ações de empresas privadas interessadas em seus projetos; 4) discriminação de projetos científicos conforme os interesses de indústrias estratégicas na visão de conselhos públicos (mas com participação de empresários); 5) modelagem de planos nacionais para aumento de inovação e pesquisa visando aumentar a competitividade dos “líderes nacionais” (grandes corporações do país), entre outros.

Ainda, acompanhando Amsden (2001), estes países, para se tornarem competitivos internacionalmente, incentivaram fusões locais e aquisições, integração e diversificação das indústrias, além da criação de mercados domésticos mais “ordenados” (mais concentrados nas mãos de poucos grupos econômicos). Podemos verificar isso se observarmos 1) a tendência de grupos industriais, como o PEWC³ (de Taiwan), adentrarem em novas atividades, como a bancária e a atuária, se internacionalizarem e se tornarem financistas de outras iniciativas (industriais ou não) dentro e fora do seu país de origem; 2) a concentração da produção em algumas poucas grandes empresas ou conglomerados, como a indústria de bicicletas na China, a de carros na Índia e as fusões dos já vultuosos grupos empresariais na Coreia do Sul no fim da década de 1990, visando incrementar a escala de produção e inibir competição excessiva; 3) estratégias de maximização da participação em novos mercados globais, mesmo que às custas dos lucros, como no caso da Coreia do Sul.

Essas práticas de concentração e diversificação permitiram a esses países aquilo que os integracionistas não conseguiram, isto é, quebrar as correntes das vantagens comparativas estáticas, permitindo que escapassem do lugar tradicionalmente destinado a eles na Divisão Internacional do Trabalho, isto é, de ser basicamente um exportador de matérias-primas e de produtos agrícolas.

³ Pacific Electric Wire and Cable Co.

Por sua vez, os integracionistas dependem de ampla cooperação técnica com multinacionais estrangeiras para viabilizar seu crescimento econômico. Por exemplo, o caso da indústria farmacêutica, aponta Evans (1979) no Brasil na década de 1960 e 1970. Todo o seu esforço de P&D encontrava-se em laboratórios nas matrizes. As novas tecnologias estavam sob monopólio das multinacionais que dominavam o setor no país, e a relutância das mesmas em pesquisar no Brasil se dava pelo temor de *spillover*, ou seja, que o conhecimento se espalhasse e empresários nacionais ameaçassem o monopólio⁴. O exemplo mostra como esses países atraem tais empresas, que podem capturar os mercados internos mediante a nacionalização do capital, sem necessitar de capital doméstico, além de poderem realizar integração das cadeias produtivas, dadas as condições favoráveis de controle de matérias-primas desses países. Ainda, boa parte da atividade de pesquisa desses países é de natureza acadêmica, e não comercial.

Além disso, esses países abrem as portas para a entrada de capital estrangeiro, especialmente o financeiro a partir da década de 1980 e 90, adequando seu ordenamento jurídico para gerar confiança nesses investidores. Isto se acelerou com a crise da dívida externa dos países latino-americanos, por instância, que favoreceu o *lobby* do mercado financeiro dos EUA, que acumulara influência e uma sempre crescente fatia da riqueza interna ao longo do século XX. O mercado financeiro tencionava utilizar dos meios de política externa estadunidense para fazer com que esses Estados liberalizassem seus sistemas financeiros⁵.

Por fim, os Estados integracionistas estimulam as fusões de empresas nacionais com estrangeiras e compra de ativos nacionais por estrangeiros. No passado, isso não funcionou como alavanca tecnológica para o Brasil. Segundo Evans (1979), as fusões com estrangeiros normalmente se deram em campos como os de matérias-primas, não em áreas de produtos industrializados.

⁴ Os países independentistas, que querem construir ativos de conhecimento sozinhos ou de modo no mínimo simétrico aos seus parceiros estrangeiros, apresentam pouca participação estrangeira em suas economias, em relação aos integracionistas.

⁵ Para ilustrar nosso ponto, um exemplo é o de uma entrevista com um ex-ministro da Fazenda do Brasil, que ao ser perguntado se não era uma política perversa o Brasil investir suas reservas em dólares em bancos norte-americanos a 6% ao ano, enquanto que esses mesmos bancos investiam essas reservas brasileiras no Brasil para lucrar 6% ao mês por conta da arbitragem de juros, ele respondeu que de fato era uma política perversa, mas o Brasil não vislumbrava outra alternativa, dado que sua matriz fiscal deficitária e o grande endividamento do Estado obrigavam o país a se financiar com moeda estrangeira através da arbitragem de juros, movendo-se assim um ciclo vicioso que dava grande poder ao capital financeiro e diminuía enormemente a capacidade do país de fazer uma política monetária independente visando o crescimento econômico. Ver Roda Viva com Ciro Gomes, TV Cultura, 1995.

Os resultados das políticas dos integracionistas, podemos concluir, congelam esses países à sua tradicional posição da Divisão Internacional do Trabalho, de produtores/exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas⁶.

5 Imperialismo ou globalização?

Os processos econômicos e políticos que caracterizam o fenômeno popularmente denominado “globalização” são novos? É necessário construir um corpo teórico inédito para entendê-la? Defenderemos nesta seção que as obras clássicas de Lênin (1974) e Bukharin (1984), a respeito daquilo que foi chamado de “Imperialismo”, contêm o instrumental teórico necessário para compreender aquilo que foi estudado por Alice Amsden e Peter Evans, e o que estes autores fazem em suas obras são apenas descrições atualizadas de um processo similar.

Essa tese foi defendida por Soares (1996), que pontua, com certa ironia, que: a) as novas teorias críticas da “globalização” são desnecessárias, visto que não são mais do que repetições dos argumentos dos marxistas da Segunda Internacional, ou b) as teorias que analisam com um viés positivo a globalização fazem parte de tentativas de desmentir o marxismo (pela enésima vez), apostando que a queda do muro de Berlim, a desintegração da URSS, a produção flexível e a tecnologia da informação são provas irrefutáveis da inadequação da teoria marxista para lidar com o mundo contemporâneo.

5.1 Práticas independentistas

A estratégia de independentistas de investir em setores de alta tecnologia e em P&D é o reconhecimento de que “as diferenças naturais das condições de produção passam, cada vez mais, a segundo plano, em relação às diferenças que decorrem nos diversos países, do crescimento desigual das forças produtivas” (BUKHARIN, 1984, p. 19), pois enxergam a oportunidade de competir por mercados com países que os dominaram por anos.

Além disso, ao incentivarem a criação de ativos baseados em conhecimento, objetivando diminuir o *gap* em patente e publicações científicas em relação aos países desenvolvidos, e praticarem uma política de discriminação de projetos científicos conforme os interesses de suas indústrias estratégicas, com a aquisição de ações de empresas interessadas nos projetos de P&D por estas, observam, respectivamente, que:

⁶ A chamada “new scramble for Africa” (nova partilha da África) é uma disputa entre países desenvolvidos do centro desenvolvido contra os independentistas, como China e Índia (além de alguns dos mais avançados integracionistas, como Brasil e Rússia), pelas riquezas naturais presentes no continente africano. Ela poderá dar novos indícios sobre a correção dessa hipótese, isto é, se a compra de ativos nacionais primários (por instância, jazidas de petróleo e minério) por grupos estrangeiros e fusões de empresas nacionais com multinacionais poderá resultar em desenvolvimento econômico sustentável para a África. Ver Kimenyi e Lewis (2011).

Pode-se fazer um juízo do desenvolvimento da técnica pelo número de patentes de invenção concedidas [pois] [...] O crescimento da produtividade do trabalho social efetua-se de tal forma que uma parte sempre maior desse trabalho passa a consagrar-se às operações preparatórias da produção dos meios de trabalho (BUKHARIN, 1984, p. 28-29).

Além do fato de que, “jamais, como hoje, a justaposição de ciências e indústria conheceu triunfos maiores. A racionalização da produção assumiu a forma de uma íntima colaboração entre as ciências abstratas e as realizações práticas” (BUKHARIN, 1984, p. 28).

Outro passo da estratégia independentista é o de fusões locais, aquisições e concentração de diversas atividades econômicas (grupos industriais que atuam nas áreas bancária e financeira) por alguns poucos grupos, buscando a maximização de suas fatias dos mercados mundiais, isto é, sua internacionalização. Tal processo já fora analisado por Bukharin ao analisar

[a] formação e [...] expansão extraordinariamente rápida dos monopólios capitalistas: cárteis, sindicatos industriais, trustes, consórcios bancários [...] [que se deu através da] criação de empresas que abarcam a produção das matérias-primas e dos produtos industriais, acabados ou semiacabados etc. Ele pode englobar [...] os mais diversos ramos da produção, dado que esses ramos, em maior ou menor grau, são colocados, direta ou indiretamente em mútua dependência sob o efeito da moderna divisão do trabalho. Se, por exemplo, um truste elabora, ao lado de determinado produto essencial, um derivado qualquer, passa a aspirar, em seguida, à conquista do monopólio desse ramo de produção[...] A seguir, é a produção das matérias-primas que, por seu turno, se transforma em objeto dessa mesma cobiça, e assim por diante. (BUKHARIN, 1984, p. 58-64)

E, pela “concentração da produção; os monopólios que surgem dela; a fusão ou coalescência dos bancos com a indústria – tal é a história da ascensão do capital financeiro” (LENIN, 1974, p. 226, tradução nossa), ou, igualmente, com a “penetração do capital bancário na indústria e pela transformação do capital em capital financeiro” (BUKHARIN, 1984, p. 64, grifo do autor).

Quanto à maximização das fatias dos mercados mundiais pelos conglomerados nacionais (como fazem os Chaebol sul-coreanos), mesmo que às custas de lucros, diz Bukharin:

Assinalemos, por fim, o aviltamento voluntário dos preços e a venda com prejuízo a que se recorre para esmagar um concorrente. “Não se trata”, aqui, “de ganhar o que quer que seja na própria empresa: trata-se, unicamente, de vencer a concorrência. A partir desse momento, a luta é conduzida sem levar em conta os custos de produção. Não são estes últimos que servem para fixar o limite extremo dos preços, mas sim a potência dos capitais e a

capacidade de crédito do cartel, isto é, o tempo durante o qual seus filiados são capazes de sustentar a luta, sem dela auferir lucro algum” Recorre-se a esse método, no interior do mercado interno, para eliminar definitivamente um concorrente: no mercado exterior, ele apenas agrava o *dumping* (BUKHARIN, 1984, p. 116).

A internacionalização desses conglomerados se realiza não só pela luta por espaços nos mercados mundiais de mercadorias, mas pela exportação de capitais, como exemplifica Amsden ao citar o grupo PEWC, de Taiwan. “Típica do último estágio do capitalismo, quando predominam os monopólios, é a exportação de capital” (LENIN, 1974, p. 240, tradução nossa), investe-se em países (considerados como) pobres, pois neles “os lucros geralmente são altos, o capital é escasso, os salários são baixos, as matérias-primas são baratas” (LENIN, 1974, p. 241, tradução nossa) porque “a busca de uma taxa de lucro mais elevada [...] constitui a força motriz do capitalismo”⁷ (BUKHARIN, 1984, p. 76).

Assinale-se, em conjunto com a exportação de capitais e a luta por domínio nos mercados mundiais, que os mecanismos de resistência empregados pelos independentistas para escapar restrições impostas por instituições internacionais como a OMC, buscando elevar o poder de mercado de seus líderes nacionais reportam-se a

uma tendência geral à defesa das “economias nacionais”, por meio de altas barreiras alfandegárias. O fato de serem possíveis, em outras circunstâncias, redução dos direitos aduaneiros e concessões recíprocas nos tratados internacionais não contradiz essa tendência. (BUKHARIN, 1984, p. 71)

Isso porque “é bem mais fácil vencer a concorrência no terreno nacional do que em âmbito mundial (os acordos internacionais estabelecem-se, em geral, com apoio em monopólios nacionais já constituídos)” (BUKHARIN, 1984, p. 67) e ao fato de que “as tarifas aduaneiras beneficiam os monopólios com uma mais-valia que lhes serve de prêmio de exportação na luta pelos mercados (*dumping*)”. (BUKHARIN, 1984, p. 71). Revela-se, na disputa que travam com seus concorrentes dos países desenvolvidos nesse âmbito, “[as] raízes da política do capitalismo financeiro são apenas [...] aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção” (BUKHARIN, 1984, p. 95). Por conta desse desequilíbrio, exportam capital e tentam controlar a entrada do mesmo em seus países⁸, e para obter sucesso,

⁷ É importante salientar que a diminuição da taxa de lucro não é um processo corriqueiro. Ocorre pela ascensão do monopólio na produção (conglomerados econômicos, que por sua posição no mercado, não tem incentivos para inovar) e no trabalho (criação de sindicatos, elevando o poder de barganha dos trabalhadores e, assim, a massa salarial, incentivando a troca do trabalho humano pelo realizado por máquinas no processo produtivo).

⁸ Um exemplo disso é a situação do sistema financeiro na Índia e na China, dois dos mais avançados países independentistas. É um sistema bastante fechado e estatizado, que passa por um processo de abertura bastante gradual. Ainda, basta lembrar da influência dos grandes conglomerados econômicos sul-coreanos (*Chaebol*) no

“vão buscar seu último argumento na força e na potência da organização do Estado⁹” (BUKHARIN, 1984, p. 99), pois sabem que a exportação de capital, os empréstimos e os acordos de comércio constroem sua liberdade de fazer política econômica: “Nessas transações internacionais o credor quase sempre acaba conseguindo um benefício extra: uma cláusula favorável em um tratado comercial, uma estação de carvão, um contrato para construção, uma concessão gorda ou uma ordem por armas” (LÊNIN, 1974, p. 244, tradução nossa).

5.2 Práticas integracionistas

Por conta de sua dependência em relação à ampla cooperação técnica¹⁰ com multinacionais estrangeiras para o crescimento econômico que, de acordo com Evans (1979), acabam capturando os mercados domésticos pela nacionalização do capital, criando cadeias de produção e obtendo controle das matérias-primas, Amsden (2001) considera que os integracionistas se sujeitam à manutenção das suas posições na Divisão Internacional do Trabalho, ou melhor, da sua posição de menor desenvolvimento em relação aos independentistas. Tal já fora constatado por Bukharin, ao afirmar que “a ‘penetração pacífica’ do capital se transforma, em curto prazo, em ocupação igualmente ‘pacífica’”, exemplificada pelo caso do então Império Turco-Otomano:

O império turco está inundado pelas hordas germânicas de comerciantes e caixeiros-viajantes. Assim, pouco a pouco, a rede dos bancos alemães abarca todo o império otomano, dando sustentação à indústria, açambarcando os meios de transporte, fazendo concorrência aos estabelecimentos financeiros estrangeiros [...] Os principais portos da Turquia, como Constantinopla, Salonica, Esmima, Beirute, estão nas mãos dos franceses. O mesmo se passa com os faróis das costas turcas. Finalmente, o principal banco do país, o Banque Ottomane, funciona em Constantinopla, sob a total influência da França [...] A diplomacia francesa, particularmente nos últimos tempos, explora da maneira mais ativas essa posição privilegiada (BUKHARIN, 1984, p. 92-93).

A adaptação do ordenamento jurídico desses países para a entrada de capital estrangeiro em grandes volumes, isto é, a liberalização financeira desses países, mais especificamente uma diminuição das restrições a) à entrada e saída de capitais (abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos) e b) à participação de novos intermediários financeiros (bancários e não-bancários). Os catalizadores

seu processo de liberalização financeira, que conseguiram moldar de forma bastante ampla a abertura, apesar das pressões norte-americanas para que o direcionamento fosse outro.

⁹ O impasse nas negociações comerciais multilaterais na Rodada Doha constitui um bom teste desse argumento. A força adquirida por países independentistas nos últimos 20 anos será posta à prova, se conseguirem fazer com que suas pautas sejam bem-sucedidas ou não.

¹⁰ Licenças técnicas estrangeiras e colaboração com firmas estrangeiras para obtenção de tecnologia de ponta.

desse processo foram ou a crise da dívida externa ou a pressão diplomática exercida conforme os interesses dos integrantes dos mercados financeiros do mundo desenvolvido, especialmente os EUA, que acumularam uma crescente fatia da riqueza interna no século XX, ou é claro, uma conjunção dos dois motivos. Tais pressões já eram um fato já constatado por Lênin:

[O] desenvolvimento do capitalismo chegou a um estágio que, apesar da produção de mercadorias continuar “reinando” e continuar sendo considerada como a base da vida econômica, ele na realidade vem sendo minado e o grosso dos lucros vai para os “gênios” da manipulação financeira (LENIN, 1974, p. 206-207, tradução nossa).

Somado a isso, na questão das dívidas externas: “Não há um só negócio desse tipo dentro do país que traga lucros mesmo que aproximadamente iguais aos obtidos da flutuação dos empréstimos estrangeiros” (LENIN, 1974, p. 234, tradução nossa). O processo de renegociação das dívidas externas incluiu promessas de abertura financeira, comercial e de reformas na máquina estatal dos países latino-americanos, por exemplo. Isso já fora tratado por Bukharin:

Por ocasião de um empréstimo governamental ou comunal, não se deve crer que o país credor receba apenas os juros desse empréstimo. Geralmente, o acordo prevê um número enorme de obrigações [...] ou a outorga de concessões [...] Essas medidas são estipuladas diretamente como condições do empréstimo ou constituem a sequência lógica da “marcha dos acontecimentos” [...] [um instrumento disso é] a pressão exercida pelo governo sob a forma de interdição da cotação dos títulos dos empréstimos estrangeiros e dos títulos dos valores (BUKHARIN, 1984, p. 89-90).

Finalmente, as fusões de firmas dos países desenvolvidos com as dos países integracionistas, que se deram majoritariamente em campos como os das matérias-primas, bem como a corrida por novos territórios em busca de recursos naturais (por instância, a chamada nova partilha da África, analisada por Kimeyi e Lewis (2011)) foram também tratadas por Lênin, ao tratar da política imperial (não necessariamente colonial¹¹) exercida pelo capital financeiro:

O capital financeiro se interessa não só pelas fontes já descobertas de matérias-primas, mas também pelas fontes em potencial, porque o desenvolvimento técnico dos dias presentes é extremamente rápido, e a terra que é inútil hoje pode ser melhorada amanhã se novos métodos forem inventados... e se grandes quantidades de capital forem investidas. Isso também se aplica à prospecção de minérios, a novos métodos de processar

¹¹ Como Lênin frisou diversas vezes, o imperialismo de sua época não era o mesmo do passado, e não necessariamente há de se observar dominação política formal (tais como as colônias) para se encontrar o imperialismo em movimento, como no caso dos países que chamou de semiperiféricos.

e utilizar matérias-primas, etc. Daí a inevitável busca do capital financeiro pelo alargamento das suas esferas de influência (LENIN, 1974, p. 261, tradução nossa).

6 Teses reafirmadas, divisão Norte-Sul e divergência

As características do fenômeno “globalização” e as consequências do mesmo, na visão de uma autora como Alice Amsden, já se encontravam presentes nos autores marxistas que estudaram o “imperialismo” no início do século XX. Ao compararmos as evidências e as teses apresentadas por Amsden, como fizemos ao longo deste trabalho, concluímos que não há nenhum processo ou fenômeno novo que necessite de uma teoria nova ou diferente da do marxismo da 2ª internacional. Resumimos os processos e apontamos como os autores os identificaram em países diferentes no quadro abaixo.

Quadro 1.1 — Síntese das duas análises

Lênin e Bukharin	Alice Amsden
Fusão do capital industrial e do capital bancário cria o capital financeiro	Grupos industriais dos países Independentistas aderem novas atividades, como a bancária e a atuária, se internacionalizam e financiam outras iniciativas
Parte crescente dos lucros advém não mais da produção, mas das maquinações financeiras;	Favorecimento do lobby do mercado financeiro do EUA, que aumentou sua fatia da riqueza nacional ao final do século XX, para a abertura financeira do países integracionistas
Amarras impostas pela nação é incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas, forçando a luta para a abertura das portas dos países para as mercadorias e os capitais proveniente dos países imperialistas	Países integracionistas abrem as portas para a entrada de capital financeiro estrangeiro a partir da década de 1980 e 90, com a política externa estadunidense pressionando para que esses Estados liberalizassem seus sistemas financeiros
Capital financeiro impõe uma política imperial	
Monopólios dos países maduros, auxiliados pelos seus Estados nacionais, romperam as barreiras dos demais países e construíram uma economia mundial	
Empréstimos (às dívidas) e à tendência de se firmarem acordos de comércio é um modo de aprisionar países e defender os monopólios nacionais	Países integracionistas, muitos deles endividados em moeda estrangeira, abrem seus mercados

<p>A capacidade dos Estados de fazerem política econômica foi enormemente reduzida</p>	<p>Apenas países independentistas conseguiram quebrar as cadeias estáticas das vantagens comparativas, e os integracionistas dependem da cooperação técnica do IED para modernizar seu parque produtivo</p>
<p>A racionalização da produção, com a colaboração íntima entre as ciências abstratas e a indústria, constitui a principal força produtiva atualmente</p>	<p>Independentistas praticam políticas públicas de diminuição do <i>gap</i> em patentes e publicações científicas em relação aos países desenvolvidos</p>
	<p>Independentistas investem altas somas investidas em P&D no setor privado</p>
	<p>Independentistas discriminam de projetos científicos conforme os interesses de indústrias estratégicas na visão de conselhos públicos</p>
	<p>Independentistas modelam planos nacionais para aumento de inovação e pesquisa visando aumentar a competitividade dos “líderes nacionais</p>
<p>A divisão internacional do trabalho se baseia cada vez menos nas diferenças naturais das condições da produção e cada vez mais nas diferenças de desenvolvimento das forças produtivas</p>	<p>Independentistas concentram os mercados domésticos em alguns conglomerados, incentivam a diversificação da sua atuação econômica e subsidiam política pública de inovação e desenvolvimento tecnológico</p>
<p>Está mais acirrada a competição pelo controle de fontes de matérias-primas utilizáveis atualmente ou no futuro</p>	<p>A nova partilha da África e a atuação dos Independentistas para assegurar insumos básicos de produção nos países mais pobres.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, a única “novidade” se encontra na constatação de que há membros do “resto” (os independentistas) entrando para o grupo, os que se encaixam no paradigma estratégico independente, competindo atualmente com os países ditos desenvolvidos pelo mesmo quinhão do mercado mundial. Cabe ressaltar que tal é comprovação de que “A exportação de capital influencia e acelera enormemente o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais foi exportado” (Lenin, 1974, tradução nossa), ou seja, de que a teoria do imperialismo-globalização não é uma teoria de subdesenvolvimento. O correto é dizer que é uma teoria de desenvolvimento desigual.

Entretanto, há uma divergência fundamental entre as duas tradições teóricas aqui analisadas (economistas heterodoxos-desenvolvimentistas e marxistas da Segunda Internacional). Elas enxergam os mesmos fenômenos e chegam a conclusões de cunho político radicalmente diferentes.

Amsden (2001) conclui que nesse processo de globalização, ao menos uma parte do “resto”, do “Sul” global, onde se concentram as ex-colônias latino-americanas, africanas e asiáticas dos europeus, não está mais sob o jugo dos países desenvolvidos, e caminham para fazer parte do seletivo grupo dos países que hoje compõem o “Norte” global. Disputam com eles as fatias do mercado mundial em condições de igualdade e com os mesmos instrumentos, amplamente discutidos aqui. Conclui que o mundo mudou, para melhor.

Por sua vez, Lênin e Bukharin argumentam que o imperialismo (ou capitalismo monopolista) é o estágio superior da contradição básica do capitalismo, entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, que não ocorre apenas dentro de uma sociedade ou Estado, mas aqui em toda a economia mundial, por conta de o desenvolvimento das forças produtivas ser incompatível com as amarras impostas pela nação, abrindo as barreiras do mundo para que circulem capitais e mercadorias. A entrada de novos membros no “jogo”, sejam do Sul ou do Norte, não modifica qualitativamente a situação do imperialismo.

Como diz Soares (2004), ao analisar as ideias de um autor clássico da CEPAL que se propunha a fazer o comércio livre multilateral voltar a funcionar da forma correta, a crítica leninista deve ser a mesma feita aos populistas e pequeno-burgueses russos da virada do século XX, qual seja: com sua retórica contestadora, mas sintaxe conservadora, eles não rompiam com a ordem e a totalidade social que possibilitavam tal contradição, apenas não desejavam a acentuação das características do sistema que possibilitava o fenômeno.

7 Considerações finais

Neste artigo, realizou-se uma análise de como a inserção externa dos países do “Sul Global”, num contexto de predomínio da internacionalização das relações econômicas, se relaciona com o seu desenvolvimento econômico. Tal contexto é caracterizado por alguns autores, como Alice Amsden e Peter Evans, como “globalização”. Me propus a mostrar que não é necessário um corpo teórico distinto do que foi desenvolvido para o estudo do “imperialismo” pelos marxistas da Segunda Internacional, como Lênin e Bukharin, para compreender o cenário mundial nesse quesito, ou seja, que a globalização não constitui um fato social novo.

Para cumprir o objetivo, primeiro identificaram-se as estratégias de inserção externa e desenvolvimento dos países do Sul global, que para Amsden se esgotam em duas: a independentista e a integracionista; depois, contextualizaram-se as escolhas que puderam realizar, ao tratar de forma sucinta das restrições que sofreram no decorrer do Século XX, bem como indicou-se que tipo de políticas nacionais caracteriza cada estratégia. A estratégia independentista é uma de altos investimentos em tecnologia e pesquisa dentro do país e de concentração e fusões entre empresas

nacionais, visando a um maior ordenamento do mercado interno, facilitando a internacionalização das empresas desses países, enquanto que a integracionista se define por incentivos a fusões entre empresas nacionais e estrangeiras e por incentivos à entrada de grandes volumes de capital estrangeiro através da adequação do ordenamento jurídico interno desses países.

Finalmente, foi demonstrado que as teses a respeito de como se dá o fenômeno “globalização” são as mesmas de autores marxistas como Lênin e Bukharin no início do Século XX quando estes analisaram o “imperialismo”. A diferença se dá nas consequências da análise para cada tradição teórica. Para Amsden, a globalização é um processo a ser elogiado, pois pode equalizar a posição de desenvolvimento. Para Lênin e Bukharin, o imperialismo deve ser derrubado, extinto, visto que trabalham com uma perspectiva de revolução.

Globalization: a new theory?

ABSTRACT: The present paper seeks to reflect on questions about the external insertion of Global South countries and its consequences on their economic development; furthermore, it discusses the “globalization” phenomenon, asking if theories about such theme constitute a fresh development in the social sciences. First, we bring forth the analysis about “globalization” by authors like Alice Amsden and Peter Evans; then, a comparison is made between their theories and the ones advances by Marxist authors (Lenin and Bukharin) about “imperialism”. Finally, we argue that “globalization” and “imperialism” are the same process, concluding that the differences of such theoretical traditions presents are only related to the political implications of their findings.

KEYWORDS: Globalization. International Division of Labour. International Economics. External Insertion. Marxism.

Referências

AMSDEN, Alice H. From Mechanism of Control to Mechanisms of Resistance. In *The Rise of “The Rest”*: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001. p. 251-283.

_____. The great balls of fire. In *Escape from Empire. The Developing World's Journey through Heaven and Hell*. Cambridge/London: The MIT Press, 2007. p. 149-163.

BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, 161 p.

EVANS, Peter. Multinational Strategies and *Dependent Development*. In: *Dependent Development - The Alliance of Multinational, State, and Local Capital in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

KIMENYI, M. S.; ZENIA LEWI, Z. *The BRICS And The New Scramble For Africa*. Washington DC: The Brooking Institution, 2011. Disponível em: <http://www.brookings.edu/-/media/research/files/reports/2011/1/africa%20economy%20agi/01_africa_economy_agi_kimenyi_lewis.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014

LENIN, V. I. Imperialism, The Highest Stage of Capitalism. A Popular Outline. In: *Collected Works*. v. 22. 2. ed. Moscou: Progress Publishers, 1974. p. 185-304.

PEREIRA, L. C. B. *Economia Brasileira: Uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1998, 224 p.

PINHEIRO, L. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, 81 p.

SCHMUKLER, S. L. Financial Globalization: Gain and Pain for Developing Countries. In: FRIEDEN, Jeffrey A.; LAKE, David A. *International political economy: perspectives on global power and wealth*. 5th ed., New York/London: W.W. Norton & Company, 2010, p. 314-336.

SOARES, P. T. P. L. Globalização ou Imperialismo? *Crítica Marxista*, v. 1, n. 3, São Paulo: Brasiliense, p. 146-148, 1995.

_____. *Sobre complementar Marx com teorias não marxistas (erro metodológico, capitulação ideológica)*. Notas sobre a aula ministrada em 14/04/2014. Disponível em: <<http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea/Repositorio/6444/Documentos/Notas%20aula%20EAE%20526%2021-06-2014.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014

_____. Prebisch (1949): contestação à teoria econômica convencional ou utopia conservadora? In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. *Anais...* Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=813>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

TV CULTURA. *Roda Viva com Ciro Gomes*. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/323/entrevistados/ciro_gomes_1995.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

VIZENTINI, P. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.